

FRONTEIRAS COMPLEXAS: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR SOBRE OS ESTUDOS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DE EDGAR MORIN

COMPLEX BORDERS: A TRANSDISCIPLINARY APPROACH TO BRAZILIAN BORDER STUDIES FROM THE PERSPECTIVE OF EDGAR MORIN

DOI 10.55028/geop.v20i39

Vivian da Veiga Silva*

Resumo: O conceito de fronteira referia-se aos limites geográficos, sendo hoje aplicado à várias dimensões e entendido como elemento explicativo para a realidade social, o que já indica complexidade, aqui pensada a partir de Edgar Morin. O objetivo do presente artigo é situar o conceito de fronteira dentro desse paradigma, elaborando uma reflexão sobre as fronteiras brasileira (extensa e diversa) a partir dos princípios da complexidade.

Palavras-chave: complexidade, fronteiras brasileiras, estudos fronteiriços

Abstract: The concept of border used to refer to geographical limits, and is now applied to various dimensions and understood as an explanatory element for social reality, which already indicates complexity, here considered based on Edgar Morin. The objective of this article is to situate the concept of border within this paradigm, elaborating a reflection on the Brazilian borders (extensive and diverse) based on the principles of complexity.

Keywords: complexity, Brazilian borders, border studies.

Introdução

O conceito de fronteira está longe de ser unívoco e monolítico, passando por diversas reconceituações ao longo de sua existência e sendo abordado a partir de diferentes perspectivas teóricas, o que permite que a temática seja constantemente expandida e atualizada. Se em seus primórdios referia-se aos limites geográficos e políticos, hoje podemos utilizá-lo para pensar os limites culturais, sociais, linguísticos, identitários e espirituais, além de englobar fenômenos da nossa contemporaneidade e se consolidar enquanto elemento explicativo para a realidade social¹. Diante disso, é possível afirmar que o conceito de fronteira se encontra

* Cientista social, doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professora adjunta nas áreas de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus do Pantanal. Orcid 0000-0002-8512-340X. E-mail: vivian.veiga@ufms.br.

¹ Salientamos que o presente artigo não pretende apresentar uma revisão bibliográfica e historiográfica acerca do conceito de fronteira e suas reformulações, tampouco revisar a produção científica sobre o tema. Para aprofundamento sobre essas questões, indicamos: BENEDETTI, Alejandro. Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica. *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 2, p. 309-328, 2018.



em perpétua transformação a partir do processo de retroalimentação, ou seja, se modifica a partir das mudanças ocorridas na realidade social e ao se modificar permite também alterar a realidade social por trazer um diferente olhar interpretativo, nos levando diretamente para o campo da complexidade.

O pensamento complexo do teórico francês Edgar Morin tem como objetivo central superar a visão simplista e unidimensional, construindo um conhecimento mais amplo, a partir de diferentes campos científicos, como teoria da informação, cibernética, teoria dos sistemas e auto-organização. Para o autor, pensar a complexidade é romper a unidimensionalidade e a simplicidade, percebendo as interações, retroações e diálogos, superando os isolamentos científicos e disciplinares, estabelecendo um conhecimento mais completo da realidade social e reconhecendo as instabilidades, as incertezas e as desordens (essas entendidas como acasos e imprevisibilidades). Todos esses elementos presentes no paradigma da complexidade não somente estão presentes nos fenômenos relacionados à fronteira, como também permite enervar e potencializar esse conceito, na medida em que reconhece a sua multidimensionalidade e o empobrecimento que a visão simplista oferece.

Posto isso, o objetivo do presente artigo é situar o conceito de fronteira dentro do pensamento complexo, primeiramente apresentando essa

perspectiva teórica e, posteriormente, elaborando uma reflexão sobre fronteira a partir dos princípios da complexidade. Como forma de exemplificar a operacionalização desse exercício teórico, traremos elementos analíticos aplicados às fronteiras brasileiras. Considerando a amplitude da faixa fronteira do Brasil (16.886 quilômetros), devemos considerar a diversidade desse espaço territorial, geográfico, político, social e cultural, que atravessa diferentes sistemas culturais, abriga diferentes coletividades, produz diferentes conflitos e emana diferentes potencialidades. Logo, uma realidade social complexa que demanda um olhar teórico complexo.

O paradigma da complexidade

Pensar a partir do pensamento complexo é compreender que as entidades a serem estudadas são sistemas que somente existem e sobrevivem a partir da relação com o exterior, sendo compostas por partes heterogêneas e dialógicas que garantem a sua sobrevivência. Aqui reside o paradoxo do uno e do múltiplo: um sistema composto de partes diversas, que atuam inseparavelmente para seu funcionamento, sendo que o todo não se reduz as partes e vice-versa, o que demanda olhar a totalidade, o tecido completo.

O mundo e a realidade social carregam em si complexidade e multidimensionalidade, não sendo possível compreendê-los a partir de um pensamento simplificador, redutor e disjuntivo. Essa é a constatação que leva Edgar Morin à elaboração do que ele denomina complexidade ou pensamento complexo:

[...] A complexidade surge, é verdade, lá onde o pensamento simplificador falha, mas ela integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade (Morin, 2011, p. 6).

O incômodo causado pela extrema especialização científica o levou a aceitar, em 1969, um convite de pesquisadores do Instituto Salk (San Diego, Califórnia) para uma estadia de um ano, no qual Morin conviveu com vários cientistas importantes, como John Hunt, Jonas Salk e Jacques Monod. O autor considera esse período como seu renascimento intelectual, que permitiu reunir teorias, debates e reflexões para a elaboração do pensamento complexo. Morin constrói e expõe os fundamentos de seu pensamento nos seis volumes de “O método” (A natureza da natureza, A vida da vida, O conhecimento do conhecimento, As ideias, A humanidade da humanidade e A ética), um intenso projeto intelectual desenvolvido entre 1977 e 2004.

De acordo com o autor, a concepção vigente de ciência (respaldada no paradigma cartesiano) nos induz a uma série de erros, na medida em que separa e hierarquiza dados, simplifica a relação sujeito-objeto e fornece uma visão unidimensional do mundo. Com isso, somos guiados por um pensamento fragmentado, binário, linear, redutor e disjuntivo.

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave); estas operações, que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios “supralógicos” de organização do pensamento ou paradigmas, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso (Morin, 2011, p. 10).

Especificamente acerca da relação sujeito-objeto, o autor alerta para a ilusão criada pela ideia de que é possível separar e distanciar essas duas instâncias, ignorando o fato de que essa é uma relação dialógica. Sujeito e objeto se afetam mutuamente, sendo ilusório ignorar esse fato, conforme indica Morin:

[...] efetivamente, a dualidade do objeto e do sujeito se coloca em termos de disjunção, de repulsão, de anulação recíproca. O encontro entre sujeito e objeto anula sempre um dos dois termos: ou bem o sujeito torna-se “ruído” (perturbação), ausência de sentido, ou bem é o objeto, poderíamos dizer o mundo, que se torna “ruído” [...]

O objeto e o sujeito, entregues cada um a si próprios, são conceitos insuficientes. A ideia de universo puramente objetivo está privada não apenas de sujeito, mas de entorno, de além; ela é de uma extrema pobreza, fechada sobre si mesma, não repousando sobre nada mais do que o postulado de objetividade, cercado por um vazio insondável tendo em seu centro, lá onde há o pensamento deste universo, um outro vazio insondável. O conceito de sujeito quer vegetando ao nível empírico, quer hipertrofiado ao nível transcendental, está por sua vez desprovido de entorno e, anulando o mundo, encerra-se em seu solipsismo (Morin, 2011, p. 41).

Desses erros e dessas ilusões, surge o que o autor denomina de paradigma da simplificação, regido pelos princípios da disjunção, da redução e da abstração. O antídoto para essa situação mistificadora seria a complexidade, que ele assim define:

[...] A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [...] (Morin, 2011, p. 13).

Partindo dessas críticas, Morin pensa a complexidade a partir de alguns campos específicos, que permitem superar a simplificação e a disjunção. Da teoria de sistemas, ele retira a concepção de que algo somente funciona a partir da associação combinatória de elementos diferentes, o que traz a compreensão de que um todo não se reduz à soma de suas partes, mas sim constitui-se em uma unidade complexa. Aqui reside também a ideia de sistema aberto, a partir do qual é possível vislumbrar a realidade social como um sistema autônomo que somente existe através da relação indissolúvel com o meio ambiente, num processo de retroalimentação.

Completando o que o autor destaca como “virtude sistêmica”, a noção de sistema é concebida como algo ambíguo ou fantástico e não como algo real ou formal (que anula a complexidade), além de situar-se em um nível transdisciplinar. Dialogando com a cibernética (que, por sua vez, dialoga com a teoria dos sistemas), o autor acrescenta a noção de máquina como uma totalidade organizada, apoiada na ideia de informação.

A partir dessas considerações, podemos compreender que a complexidade é regida por três princípios, que por sua vez, estão interligados: princípio dialógico (associação simultânea de dois termos complementares e antagônicos); princípio da recursão organizacional (quebra da linearidade; tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz, criando um ciclo de auto constituição, de auto-organização e de autoprodução); princípio hologramático (tal qual um holograma, o todo está nas partes e as partes estão no todo).

Com essa mudança paradigmática, Morin pretende construir um conhecimento de caráter multidimensional, que permita acessar as interações e as retroações entre as partes e o todo (e o todo entre as partes), assim como reconstruir a relação sujeito-objeto, reconhecendo como essas duas instâncias se afetam mutuamente. Dessa forma, torna-se possível romper os isolamentos científicos e disciplinares, alcançando uma postura transdisciplinar.

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro, etc. Acredita-se que estas categorias criadas pelas universidades sejam realidades, mas esquece-se que no econômico, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos. Atrás do dinheiro, há todo um mundo de paixões, há a psicologia humana. Mesmo nos fenômenos econômicos *stricto sensu*, atuam os fenômenos de multidão, os fenômenos ditos de pânico [...]

A consciência da multidimensionalidade nos conduz à ideia de que toda visão unidimensional, toda visão especializada, parcelada é pobre. É preciso que ela seja ligada a outras dimensões; daí a crença de que se pode identificar a complexidade com a complexidade (Morin, 2011, p. 69).

Portanto, para Morin, pensar a complexidade é romper a unidimensionalidade e a simplicidade, percebendo as interações, retroações e diálogos, superando os isolamentos científicos e disciplinares, estabelecendo um conhecimento mais completo da realidade social e reconhecendo as instabilidades, as incertezas e as desordens.

Considerando que Morin apresenta o pensamento complexo como um convite a repensar nossa maneira de organizar o conhecimento, podemos aplicar esse método nas mais diversas áreas, com o objetivo de complexificar as pesquisas e as teorias. Dessa forma, considerando as características e as peculiaridades dos estudos sobre fronteira, compreendemos que não somente é benéfico, como também necessário complexificarmos esse campo investigativo, como discutiremos a seguir a partir do diálogo com autoras e autores que pensaram e pensam a fronteira reconhecendo a sua complexidade e multidimensionalidade.

Tecendo diálogos complexos sobre a fronteira

De acordo com Leite e Baller (2015, p. 293), o termo fronteira é legitimado no século XIX, enquanto compreensão de limite territorial, e deve ser pensado como categoria explicativa. Porém, os autores indicam que, atualmente, essa categoria deve ser entendida como termo plural, “[...] permeado de significações, sentidos e funções, que ultrapassam as fronteiras políticas, econômicas, administrativas e geográficas”. Eles salientam que a fronteira é um campo de práticas sociais e culturais cotidianas com amplo e diversificado movimento humano. Já para Cardin e Albuquerque (2018), a fronteira é um conceito sociológico em construção, dotado de poder explicativo para inúmeros fenômenos contemporâneos.

Grimson (2000, p. 9) destaca a multidimensionalidade ao considerar que “[...] *frontera fue y es simultaneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas.*”. O autor ainda aponta que os conceitos de território e fronteira, inicialmente pensados em termos geográficos e políticos, foram complexificados através dos trabalhos etnográficos, o que reconfigurou esse campo de estudos fazendo emergir abordagens sobre sistema cultural, estrutura social, relações sociais, interações sociais, dinâmicas culturais e identidade cultural.

Conforme já mencionado na Introdução, o conceito de fronteira não é unívoco e monolítico, mas sim complexo, na medida em que passa por transformações e instabilidades, constituindo um campo de pesquisa formado por diferentes perspectivas. Logo, temos aqui o paradoxo do uno e do múltiplo, sendo que esse último aparece não somente no que se refere às diferentes abordagens, mas tam-

bém nas multiplicidades de formas fronteiriças e de viver a fronteira, conforme indicam Cardin, Albuquerque e Paiva (2019, p. 19):

A fronteira não é simplesmente uma realidade geográfica que precisa ser tratada por ordens governamentais ocupadas por construir um campo de força contra ameaças de fora. São realidades que precisam ser trabalhadas de maneira complexa, considerando as maneiras de viver de quem está na fronteira todos os dias, trabalhando, adoecendo, conversando, morrendo, se divertindo ou experimentando os resultados de desigualdades e injustiças sociais.

A realidade social é composta por múltiplas dimensões, o que não é exceção no que se refere ao tecido social fronteiriço. Cardin (2013) menciona as dimensões coexistentes da fronteira percebidas nos estudos fronteiriços brasileiros: histórica, política, econômica tributária, jurídica, cultural, religiosa e humana. Portanto, aqui reside não somente a multidimensionalidade, como também a necessidade de um olhar transdisciplinar (o diálogo efetivo entre diferentes ciências e disciplinas) e a impossibilidade de aprisionar a fronteira sob uma visão reducionista e simplificada, como também nos alerta Gloria Anzaldúa (2015, p. 137):

*Porque yo, como mestiza,
continuamente entro y salgo de una cultura
a otra.
porque estoy en todas las culturas a la vez,
alma entre dos mundos, tres, cuatro,
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
Estoy norteadada por todas las voces que me hablan
simultaneamente.*

Em seu poema *Una lucha de fronteras*, a teórica já expressa a complexidade da condição fronteiriça: territórios e corpos atravessados por mais de uma cultura, que se manifestam e disputam espaço e influência, se entrecruzando e criando expressões. Para a autora, que reflete a partir da fronteira que ela vivencia, esse é um espaço que forma uma encruzilhada, onde se aproximam, se afastam e se cruzam duas ou mais culturas distintas, sendo os corpos fronteiriços aqueles atravessados por essas disputas e essas dicotomias.

La frontera entre México y Estados Unidos es una herida abierta en donde el tercer mundo raspa contra el primero y sangra. Y antes de formarse una costra vuelve la hemorragia, la sangrevida de dos mundos que se fusionan para formar un tercer país, una cultura fronteriza. Las fronteras se establecen para definir los lugares que son seguros e inseguros, para distinguirnos a nosotros de ellos. Una frontera es una línea divisoria, una franja angosta a lo largo de un borde escarpado. The borderland es un lugar vago e indeterminado creado por el residuo emocional de un límite artificial. Está en un estado constante de transición. Lo prohibido y vetado lo habitan. Los atravesados, las atravesadas viven ahí: los de mirada furtiva, las perversas, los queer, las busca-pleitos, los mestizos, cualquiera que sea mulato, mezcla de razas o medio muerta; en resumen,

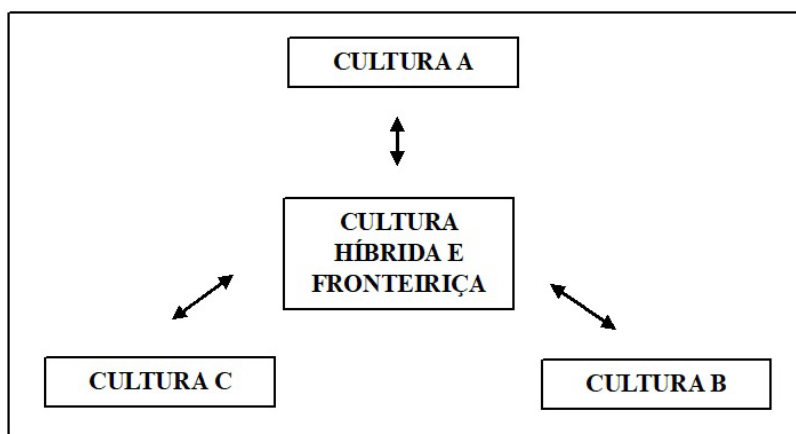
aquellos y aquellas que cruzan al otro lado, pasan por encima o traspasan los confines de lo "normal" [...] (Anzaldúa, 2015, p. 61).

Sendo assim, a fronteira se constitui como um espaço geográfico *sui generis*, caracterizado pela aproximação e disputa de duas ou mais culturas, construindo um imaginário social que é atravessado e entrecruzado pelo hibridismo de diferentes sistemas culturais, conforme Anzaldúa aponta:

El choque de un alma atrapada entre el mundo del espíritu y el mundo de la técnica a veces la deja entullada. Acunada en una cultura, hecha sandwich entre dos culturas, con un pie en cada una de las tres culturas y sus valores, la mestiza se somete a una lucha de carne y hueso, a la lucha de fronteras, a una guerra interna. Como toda la gente, solo vemos la versión de la realidad que comunica nuestra cultura. Como otras personas que tienen o viven inmersas en más de una cultura, recibimos múltiples mensajes, a menudo opuestos. La unión de dos marcos de referencia internamente coherentes, pero usualmente incompatibles, resulta en un choque cultural, una colisión de culturas (Anzaldúa, 2015, p.138).

Para a autora, as disputas e as conciliações dos sistemas culturais envolvidos em uma conjuntura de fronteira criaram um espaço específico, uma “cultura de choque”, uma “terceira cultura”, ou seja, um híbrido com elementos e características dos participantes desse território, que carrega em si também a contradição e a diferença: “*Para sobrevivir the borderlands debes vivir sin fronteras, volverte una encrucijada*” (Anzaldúa, 2015, p. 256). Para Cardin (2013, p. 1202), vemos surgir uma cultura de fronteira: “[...] pode ser entendida como um universo cosmológico produzido pela intersecção de diferentes dimensões sociais existentes e plasmado durante os diversos processos históricos [...]”.

Mais uma vez temos exposto o paradoxo do uno (nação, Estado, cultura) e do múltiplo (espaço fronteiro composto por sistemas culturais diversos e que atuam inseparavelmente para seu funcionamento). Mas não somente isso; nos defrontamos com a constatação de que o pensamento simplificador não explica a fronteira; de que o pensamento binário e disjuntivo (logo, o paradigma cartesiano) não se aplica ao conceito de fronteira. No espaço fronteiro não existe disjunção (cultura A **ou** cultura B **ou** cultura C), mas simultaneidade (cultura A **e** cultura B **e** cultura C) e fusão (cultura A + cultura B + cultura C = cultura D). A partir da visão cartesiana, pensamos a fronteira como “aqui ou lá”, “aqui não é lá” e “lá não é aqui”, sendo que isso não é condizente com a realidade social fronteira, que se expressa na visão complexa “aqui e lá”, “aqui é lá” e “lá é aqui”, como podemos visualizar na figura 1:

Figura 1. Cultura híbrida e fronteiriça (terceira cultura)

Fonte: Autora.

Esse jogo de situações, percepções e vivências também é apontado por Cardin (2013), ao indicar que, para a população fronteiriça, essa condição passa despercebida, visto que a fronteira simplesmente “está lá”, fazendo-se presente no seu cotidiano e na construção de seu imaginário social. Diferentemente de visitantes e turistas, que enxergam esse território simbolicamente ligado ao estrangeiro e aos limites do conhecido. Para quem vive na fronteira, esse é um elemento constante a ser considerado para a construção de estratégias de sobrevivência, como abordaremos no tópico seguinte do presente artigo.

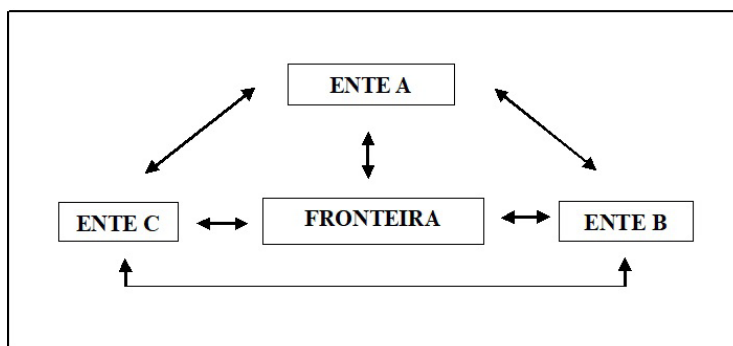
Pontuados esses elementos, faz-se necessário pensar o conceito de fronteira a partir dos três princípios do pensamento complexo, conforme apresentado no tópico anterior, como uma forma de exercitar o método. Primeiramente, temos o princípio dialógico: a fronteira é um espaço constituído por dois ou mais entes que possuem diferentes jurisdições e diferentes culturas, cuja existência depende exclusivamente da relação dialógica de fora para dentro (interior) e de dentro para fora (exterior). Se pensarmos o espaço fronteiriço tal qual Anzaldúa, como uma “terceira cultura”, ou seja, um território e uma população que constrói modos de vida a partir de uma ordem social e de uma cultura híbrida, com componentes de todos os entes envolvidos nessa composição fronteiriça, também verificamos o princípio dialógico, na medida em que temos a associação simultânea de termos complementares e antagônicos.

O segundo princípio elaborado por Edgar Morin é o da recursão organizacional, ou seja, nada é linear, tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz, criando um ciclo de auto constituição, de auto-organização e de autoprodução. Os discursos formulados sobre a fronteira (tanto no campo científico quanto na

vida cotidiana, social, cultural e política) molda, cria e recria o imaginário social fronteiriço. Ou seja, o que se fala e se pensa sobre a fronteira interfere sobre como se cria e se vivencia a fronteira. Não existe linearidade; basta retomarmos as diferentes perspectivas apresentadas no desenvolvimento do conceito de fronteira, que passa de algo meramente geográfico e sem vida, para ser pensado como um lugar singular, encarnado, habitado por populações que criam e recriam diferentes modos de vida a partir dos embates e dos hibridismos culturais. Ou seja, tudo interfere em tudo e volta-se a si mesmo, num movimento perpétuo.

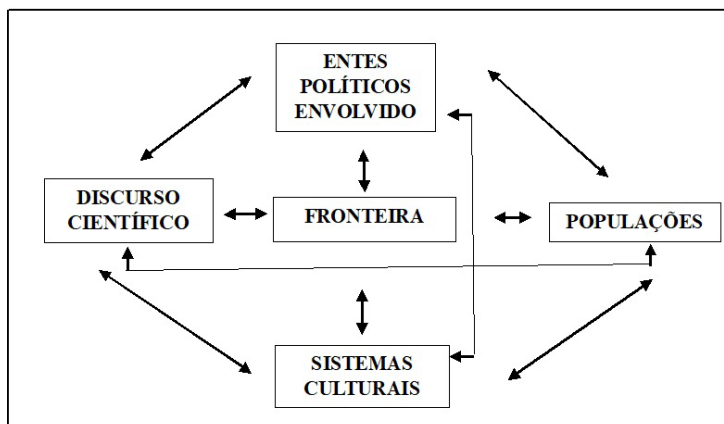
Por fim, temos o princípio hologramático, ou seja, tal qual um holograma, o todo está nas partes (cada ente que forma o espaço fronteiriço está contido nesse território e em seu imaginário social) e as partes estão no todo (as terras fronteiriças estão contidas nas respectivas nações e interferem nesse todo). É possível ilustrarmos os três princípios apresentados nas figuras a seguir:

Figura 2. Relação dialógica, recursiva e hologramática entre entes e fronteira



Fonte: Autora.

Figura 3. Relação dialógica, recursiva e hologramática entre os elementos constitutivos da fronteira



Fonte: Autora.

A partir do que foi exposto, compreendemos que o pensamento complexo permite religar os elementos constitutivos da fronteira, visibilizar todas as relações dialógicas que são peculiares ao espaço fronteiriço e reestabelecer a multidimensionalidade própria desse espaço social, cultural e político. No entanto, qualquer esforço teórico somente é válido quando se volta para uma realidade social concreta. Diante disso, exemplificaremos a operacionalização do conceito complexo de fronteira aplicado às situações fronteiriças do território brasileiro.

Um olhar complexo para as fronteiras brasileiras

O Brasil possui uma extensa faixa fronteiriça, com uma área total de 16.886 quilômetros (o que corresponde a cerca de 27% do território nacional), envolvendo 10 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), 11 estados da federação brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina), sendo que 9 territórios são considerados tríplices fronteiras, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4. Municípios da faixa de fronteira no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE [consulta em 07/01/2025].
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas/IBGE, o Brasil possui 588 municípios fronteiriços, sendo que 33 são considerados cidades gêmeas, cuja definição consta na Portaria n. 2.507, de 05 de outubro de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Regional:

Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Diante disso, já é possível visualizar a complexidade do espaço fronteiriço, visto que é composto por diferentes entes nacionais (que possuem diferentes ordenamentos jurídicos, modelos políticos e processos históricos) e diferentes entes federativos, além de abrigar diferentes sistemas culturais e diferentes estruturas sociais, sendo em alguns casos binacionais ou trinacionais. Também vemos emergir problemáticas que nos encaminham para a complexidade, como por exemplo: fluxos migratórios; populações indígenas transfronteiriças; projetos e empresas binacionais (ex.: empresa energética Itaipu Binacional); epidemias e emergências de saúde pública; incêndios florestais e outras emergências ambientais em territórios fronteiriços; educação escolar intercultural; transações e fluxos comerciais transfronteiriços; vulnerabilidade social e econômica; serviços públicos e políticas públicas acessados pelas populações fronteiriças.

Portanto, um olhar reducionista, simplista e homogeneizador aplicado a esse campo de estudos apenas empobrece o objeto de estudo, demandando um olhar multidimensional (para alcançar todas as dimensões e as camadas desse espaço) e transdisciplinar (a religação e a cooperação de diversas ciências para analisar de maneira complexa a fronteira). Faz-se necessário complexificar os estudos fronteiriços, o que não tomamos como um esforço pioneiro nosso, pois veremos nos estudos elencados a seguir que, muito embora pesquisadoras e pesquisadores não partam ou mencionem o paradigma de pensamento de Edgar Morin, elas e eles já empreenderam esforços para complexificar esse campo de estudos. É importante salientar que, o presente artigo não pretende apresentar toda a produção bibliográfica dos estudos fronteiriços no Brasil, mas somente elencar exemplos e construir uma sugestão de agenda de estudos acerca da temática, baseada no pensamento complexo.

De acordo com Espírito Santo e Voks (2021), apesar de existir uma proliferação de pesquisas sobre fronteira nos últimos anos, o termo “estudos fronteiriços” ainda é negligenciado, dificultando a construção de um campo científico específico

que ultrapasse o senso comum e o estereótipo, avançando na compreensão da fronteira enquanto um fenômeno explicativo.

Os autores ainda indicam lacunas nas pesquisas realizadas, na medida em que produzem e reproduzem uma visão homogeneizadora (todas as fronteiras são iguais), são focadas em uma visão desenvolvimentista ou são meramente normativas. Essas negligências perpetuam uma visão simplista e romantizada, que aborda o espaço fronteiriço como fim de um território ou lugar de práticas ilícitas, não alcançando uma abordagem encarnada que contemple os atores que constroem suas vidas nesses espaços, assim como os conflitos, as confluências, os desafios e as potencialidades que dali emanam. Portanto,

[...] a análise das práticas sociais da fronteira deve se imunizar contra uma leitura simplista. Precisamos de uma visão ontológica e metodológica que permita variar a escala e interpretar diferentes interesses e forças envolvidos na criação e na formação da fronteira enquanto campo de ação. Isso demanda empreender pesquisas que considerem sua ecologia política e que priorizem os processos dinâmicos nos quais os atores se sintam ativamente envolvidos [...] (Espírito Santo; Voks, 2021, p. 872).

Diante disso, a complexidade seria um antídoto contra a visão hegemônica e reducionista, cuja propagação se dá, sobretudo, pelos órgãos estatais brasileiros. Em documento disponibilizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado do Brasil, as fronteiras brasileiras são classificadas a partir da noção de risco estratégico, ou seja, projetos políticos considerados “expansionistas do socialismo bolivariano” e a presença de contrabando, tráfico de armas e drogas. Portanto, a própria visão estatal de fronteira precisa ser complexificada.

Para Cardin (2013), a ideia de contrabando em si é bastante limitada, pois tem uma origem essencialmente jurídica, que se sobrepõe às práticas anteriormente realizadas (fluxos transfronteiriços) e que, muitas vezes, às criminaliza. Ainda segundo o autor,

No geral, são práticas sociais que vão lentamente se tornando tradicionais, enquadradas no interior de tantas outras que são feitas muito antes das fronteiras serem demarcadas pelos Estados Nacionais. Embora os limites jurídicos entre os países se configurem como obstáculos para as normatizações econômicas e políticas de um país, que restringe sua intervenção ao seu território pré-determinado, circulação de pessoas e capitais simplesmente tende a desconsiderar tais restrições [...] (Cardin, 2013, p. 1200-1201).

Portanto, devemos considerar que as fronteiras são limites jurídicos entre os países e que se configuram a partir de uma produção humana e política majoritariamente colonial. Mignolo (2010) aponta para essa visão que enxerga esse território como um perigo à unidade linguística e à pureza do sangue e da razão,

o que já se percebe nas citações de Anzaldúa no tópico anterior. A fronteira seria então, um limite civilizatório e um marco de proteção contra a barbárie.

No caso do Brasil, conforme nos alerta Dorfman e França (2017), são produções espaciais coloniais, pois as cidades fronteiriças atuavam como pequenas fortificações das nações invasoras e, posteriormente ao processo de independência, passam a serem pensadas enquanto frentes de expansão, associadas a espaços vazios que devem ser modificados para a modernização do Estado, o que acaba negando e desconsiderando as populações indígenas.

Os autores consideram que o Estado “joga às sombras” as fronteiras, estabelecendo uma relação de subordinação e a ideia de que o poder se concentra no centro e conforme irradia para as bordas, perde sua efetividade, mais uma vez reforçando a ideia dos territórios fronteiriços como espaço da ilegalidade. A partir disso, Dorfman e França (2017) apresentam os distintos usos políticos da condição fronteiriça, podendo ser com o denominado “jeitinho”, ou seja, estratégias das populações fronteiriças para acessarem no país vizinho serviços inexistentes em seu país de origem (ex.: mulheres brasileiras que deram à luz em uma maternidade de Rivera/Uruguai em virtude do fechamento do hospital em Santana do Livramento/Brasil ou crianças bolivianas cujas famílias forjam comprovantes de endereço para que essas estudem nas escolas de Corumbá/Brasil) ou ainda pela utilização da fronteira como ferramenta reivindicatória (ex.: em agosto de 2024, integrantes do setor de transporte da Bolívia bloquearam a fronteira entre Puerto Quijarro e Corumbá em protesto pela escassez de diesel).

Aqui percebe-se esse território como lugar de interações, retroações e instabilidades que caracterizam o espaço fronteiriço, como Cardin, Albuquerque e Paiva (2019, p.16) também indicam: “[...] espaços de tensão, articulação e diferenciação repletos de significados e experiências sociais construídos por todos aqueles que vivenciam e lutam por seus recursos, memórias, identidades e estratégias de sobrevivência.”. Os esforços para essa nova perspectiva acerca dos estudos fronteiriços são identificados nos autores aqui mencionados.

Espírito Santo e Voks (2021) propõem a discussão da zona fronteiriça de Corumbá (Brasil), Puerto Suarez e Puerto Quijarro (Bolívia) a partir de iniciativas de inovação social, ou seja, articulações coletivas da sociedade civil que visam o enfrentamento e a resolução de problemas públicos que afetam seus respectivos cotidianos. Portanto, partem das ações produzidas pela população local que constrói sua vida, sua trajetória e sua subjetividade em um espaço fronteiriço. Inclusive um desdobramento prático desse estudo é a criação do Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON – <https://obisfron.com.br>), cujo objetivo é identificar, mapear e acompanhar iniciativas coletivas de inovação social nessa região.

O foco na população fronteiriça, em suas relações e nas produções culturais também é identificada em Albuquerque (2009, p.137), em seu estudo sobre as experiências de “brasiguaios” que vivem em municípios do departamento de Alto Paraná (Paraguai), que:

[...] criam variadas formas de circulação e fluxos transfronteiriços na região da Tríplice Fronteira entre o Paraguai, o Brasil e a Argentina. As relações entre os “brasiguaios” e a população paraguaia têm produzido novas formas de identidades étnico-nacionais e produções de diferenças sociais e de hibridismos culturais nessa complexa configuração fronteiriça.

Já Fiorotti, Cardin e Colognese (2020, p.61) complexificam a noção de contrabando ao abordar a prática relacionada à circulação de agrotóxico na fronteira Brasil-Paraguai, ao buscar entender:

[...] as relações entre a importação ilegal de agrotóxicos pela fronteira Brasil/Paraguai e as dinâmicas existentes na região, observando como estas se associam ao uso dos agrotóxicos importados irregularmente. O ingresso e o consumo destas mercadorias na região estudada correspondem a um fenômeno complexo, associado a diversos fatores. Embora existam aspectos ligados à expansão de uma agropecuária moderna e exportadora, bem como a permissividade da legislação e as dificuldades de fiscalização, a dinâmica da fronteira Brasil/Paraguai potencializa e amplia estes fatores.

Com esses exemplos apresentados, é possível visualizar que já existem esforços isolados que podem convergir em torno de uma agenda dialógica para complexificar o campo dos estudos fronteiriços no Brasil, de maneira a firmar no imaginário social uma ideia complexa de fronteira e contribuir para uma compreensão efetiva da diversidade e da multidimensionalidade desse espaço social. Com isso, apresentamos aqui uma proposta de agenda complexa a partir das singularidades das fronteiras brasileiras:

Quadro 1. Agenda complexa e dialógica para os estudos fronteiriços no Brasil

- Confluências e disputas dos sistemas culturais de espaços fronteiriços: a formação de uma “terceira cultura”
- A cultura fronteiriça a partir dos princípios da complexidade
- Marcas coloniais na construção do imaginário social fronteiriço
- A fronteira tem dois (ou três) lados: multidimensionalidade e relações dialógicas
- Problemas públicos fronteiriços e as práticas de inovação social da sociedade civil
- Relações dialógicas entre Estados Nação que participam de um espaço fronteiriço
- Interações entre estudos fronteiriços e o imaginário social fronteiriço
- Estar lá e estar aqui: deslocamentos e intercâmbios em uma região fronteiriça
- Relações antagônicas e complementares entre ordenamentos jurídicos e políticas públicas dos entes fronteiriços
- Povos indígenas transfronteiriços
- A singularidade e a multidimensionalidade da identidade fronteiriça
- Uma língua quebrada: hibridismo linguístico nas regiões fronteiriças
- Relações de gênero transfronteiriças

Considerações finais

“Caminhante, não há caminho; o caminho se faz ao caminhar [...]”. Costumemente, Edgar Morin inicia suas falas acerca da complexidade citando essa frase do poeta espanhol Antonio Machado para ilustrar que não existe receita ou fórmula mágica para pensar e pesquisar a partir dessa perspectiva teórica. Construímos nosso percurso de pesquisa dentro do terreno complexo conforme pesquisamos, analisamos e debatemos, tendo como ponto inicial o reconhecimento de que nada é simples, nada é unilateral e nada está isolado.

O conceito de fronteira já carrega em si a potência da complexidade desde sua origem, e essa característica se torna mais e mais visível na medida em que gerações de pesquisadoras e pesquisadores “dilapidam” esse objeto, expondo suas camadas e suas dimensões. Negar o que é um atributo essencial apenas empobrece os estudos fronteiriços e fortalece a visão reducionista que esvazia de vida, de potencialidades e de sentidos esse espaço social *sui generis*.

Em sua obra, Morin nos alerta que a complexidade não almeja a completude, pois essa presunção, além de impossível, renega a força que anima esse paradigma, que é justamente perceber o movimento, as transformações, as conexões e as incertezas. Diante disso, o presente artigo aspira ser o atalho para o caminho que já foi iniciado por pesquisadoras e pesquisadores do campo dos estudos fronteiriços.

No caso específico das fronteiras brasileiras, como mutilar um espaço social composto por dois ou três lados distintos? Como negar as confluências e as disputas de diferentes culturas que duelam para prevalecer e/ou se unem para criar o novo? Como permanecer cego diante da retroalimentação entre território fronteiriço e população fronteiriça? Como se satisfazer em simplificar a fronteira (olhar um único aspecto desconectado do todo) se é possível alcançar o complexo, um tecido perfeito/imperfeito produzido a partir de um emaranhado de ações, símbolos, sentidos, relações, produções, consensos e dissensos? Eis aqui a provocação que esse artigo pretende fazer às pesquisadoras e aos pesquisadores desse campo temático, juntamente como o convite para caminhar pelos territórios fronteiriços utilizando a bússola da complexidade.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação de “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137–166, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4200>. Acesso em: 23 out. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera**: la nueva mestiza. México: UNAM, 2015.

CARDIN, Eric Gustavo. Para pensar as fronteiras: apontamentos iniciais para construção de uma teoria das fronteiras. **Revista Geonorte**, v. 7, n. 1, p. 1199–1211, 2013.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114–131, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/350>. Acesso em: 23 out. 2025.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; PAIVA, Luiz Fábio. A fronteira como campo de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 15–23, 2019.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Luna Borba Colen. Agenda descolonial para os estudos fronteiriços no Brasil. **L'Espace Politique**, n. 31, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4200>. Acesso em: 23 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luis; VOKS, Douglas. Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteira. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 29, n. 99, p. 862–889, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/SYWQJXcgxQbbqP7tfrDRXL/>. Acesso em: 23 out. 2025.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio A. Fronteiras da ilegalidade: a importação e o uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. **GeoPantanal**, Corumbá, v. 15, n. 28, p. 61–77, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9291>. Acesso em: 23 out. 2025.

GRIMSON, Alejandro. Introducción: ¿fronteras políticas versus fronteras culturales? In: GRIMSON, Alejandro (comp.). **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2000. p. 9–40.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Municípios da faixa de fronteira 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

LEITE, Eudes Fernando; BALLER, Leandro. Fronteira e fronteiriços(as). In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora UFGD, 2015. p. 289–296.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, p. 7–28, 2010. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/5758>. Acesso em: 23 out. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (BRASIL). **Portaria n.º 2.507, de 5 de outubro de 2021**. Estabelece conceito de cidades gêmeas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Acesso em: 1 abr. 2025.

MORIN, Edgar. **Meu caminho**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **Para um pensamento do Sul**. Disponível em: <https://edgarmorin.sescsp.org.br/categoria/palestra/19-para-um-pensamento-do-sul>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MORIN, Edgar. **A aventura de O Método e Para uma racionalidade aberta**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

PORTAL GOV.BR. **Brasil: fronteiras terrestres**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SENADO FEDERAL (BRASIL). **Brasil – vigilância das fronteiras**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 3 jan. 2025.